

**PROFESSOR,
ASSOCIE-SE À
APROPUC**

PUCViva

Nº 1018 - 13/3/2017

Jornal semanal da APROPUC e da AFAPUC

SUSPENSÃO DO ACORDO INTERNO

FUNCIONÁRIOS PROTESTAM, PROFESSORES REÚNEM-SE EM ASSEMBLEIA

Os trabalhadores da PUC-SP foram surpreendidos neste início de semestre com a notícia de que seus direitos celebrados pelo Acordo Interno de Trabalho estavam temporariamente suspensos, até que novas negociações entre as entidades e a Fundasp determinem um novo texto.

A decisão da Fundasp, diferentemente do que acontece em todos os anos quando o acordo é prorrogado até nova redação, foi justificada pelo secretário-executivo, padre Rodolpho Perazzolo, como decorrência do fim da chamada "ultratividade das normas coletivas", mecanismo que garantia a validade do acordo mesmo após seu vencimento. O autor da façanha foi o ministro Gilmar Mendes, conhecido por suas posições patronais, que concedeu uma liminar à Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Confenem), em 2016.

Dessa maneira os fun-



STHEFANEMATTOS

Funcionários comparecem em peso à assembleia sobre Acordo Interno

cionários foram surpreendidos com a cobrança do valor integral de sua refeição no bandeirão e alguns professores tiveram negadas inscrições de dependentes em bolsas de estudos, entre outros benefícios concedidos pelo Acordo Interno.

APROPUC e AFAPUC reuniram-se então com o secretário-executivo que sugeriu, como for-

ma de minimizar o problema, que professores e funcionários levassem as suas questões às entidades que, semanalmente, discutiriam com a Fundasp, até que um novo acordo fosse celebrado.

A solução, porém, desagradou as entidades que enfatizaram o caráter coletivo do acordo. Para a APROPUC e AFAPUC a redação da nota conjunta pri-

vilegiou o encaminhamento caso a caso de pendências gerais das categorias.

ASSEMBLEIA DOS FUNCIONÁRIOS

Com assembleia marcada para quarta-feira, 8/3, os funcionários lotaram a sala 100 do Prédio Novo,

continua na próxima página

**FORA TEMER!
ABAIXO O GOLPE DA DIREITA !
CONTRA A REFORMA DA PREVIDÊNCIA!
CONTRA A REFORMA TRABALHISTA!
PREPARAR A GREVE GERAL!**

**FUNCIONÁRIO
Fortaleça sua entidade!**

**Associe-se
à AFAPUC**

continuação da página anterior

com um comparecimento que há muito tempo não acontecia na universidade. A revolta era geral, e os administrativos registravam todo o seu descontentamento com o desrespeito mostrado pela mantenedora ao cortar direitos duramente conquistados pelas categorias. A direção da AFAPUC lembrou que a única instituição a adotar tal postura em São Paulo foi a PUC-SP. O Sinpro-SP fechou um acordo com as mantenedoras para que as cláusulas gerais da Convenção Coletiva não fossem suspensas durante as negociações, contrariamente à posição ora adotada pela Fundasp.

Os funcionários, além de denunciarem o enorme desrespeito da Fundasp, lembraram que tal atitude não é isolada, mas faz parte de uma ofensiva do patronato no sentido de cortar direitos dos trabalhadores brasileiros. As reformas trabalhista, da previdência, a terceirização da atividade fim, são medidas que colocam o trabalhador brasileiro entre os mais explorados do planeta. E a Fundação São Paulo, que sempre se orgulhou de constituir-se em uma referência com respeito às condições de trabalho de sua comunidade, hoje cai na vala comum do desrespeito e exploração.

Os funcionários negaram a assinatura da nota conjunta com a Fundasp e propuseram a redação de

uma nota, que deverá ser conjunta com a APRO-PUC, onde pretendem demonstrar a discordância com a atitude da mantenedora e o desejo de ver consagrados em um novo texto todos os direitos adquiridos ao longo dos anos.

PROFESSORES

Os professores também tiveram seus direitos atingidos e por isso marcaram uma assembleia que acontecia no fechamento desta edição. A APRO-PUC lembrava em sua convocatória a subtração de direitos historicamente conquistados pelos professores. Benefícios como complementação salarial por doença ou acidente, licença em caso de doença de filho/cônjuge, desconto na refeição padrão, auxílio escola para filhos menores, abono de faltas para funcionários, licença remunerada, bolsa de estudos, entre outros itens, têm hoje sua vigência suspensa pela medida da Fundasp. O **PUCviva** estará acompanhando o desenrolar da assembleia e as conclusões serão publicadas em nosso site www.apropucsp.org.br. O texto completo do acordo interno de trabalho poderá ser acessado em <http://www.afapuc.org.br/home/acordos/ai2016.pdf>.

Nesse sentido, a mobilização de professores e funcionários adquire uma importância fundamental para que nenhum direito seja nos retirado pela Fundasp.

Reunião da AFAPUC com a reitora

A diretoria da AFAPUC relatou em assembleia a reunião mantida na semana passada com a professora Maria Amália Andery, onde a entidade discutiu alguns problemas que afligem a categoria neste início de semestre.

Quanto às reformas, a reitora reafirmou a informação de que as obras devem continuar neste e no próximo semestre em diversas salas e banheiros, além de pintura no Prédio Novo. Quanto à denúncia de

agressão de uma funcionária por parte de um aluno na semana de recepção Maria Amália informou que já foi instaurada uma sindicância para apurar o acontecido, mas que a funcionária foi prontamente atendida pelo Serviço Médico e que o aluno está suspenso.

Os funcionários mostraram também seu descontentamento com a divulgação de dois calendários diferenciados, um para as atividades ditas acadêmicas e outro para os administrativos.

**A SITUAÇÃO
ÍNDIGENA NO
BRASIL**

517 anos de
resistência ao
capitalismo

DATA
14/03/2017

HORÁRIO
19:00

LOCAL
Auditório 117 A
D. Paulo Evaristo Arns
Rua Ministro de Godóy,
969
PUC-SP

PALESTRANTE
Liderança Indígena Guarani Caiowá:
Casé Angatu Xucuru

DEBATEDORES
Sassá Tupinambá: Tribunal Popular
Vera Lucia Vieira: APROPUC-SP

APROPUC
Associação dos Professores da PUC-SP

PUCviva

Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP.

Editor: Valdir Mengardo
Reportagem: Verônica Lugarini, Marina D'Aquino
Fotografia: Marina D'Aquino
Projeto Gráfico, Edição de Arte e
Editoração: Valdir Mengardo e Ana Lúcia Guimarães
Conselho Editorial: Maria Beatriz Abramides, João B.Teixeira,
Jason Tadeu Borba e Victoria C. Weischfordt

Apropuc: Rua Bartira 407 – CEP: 05009-000 – Fone: 3872-2685.

Afapuc: Rua Ministro Godoy 1055 - Fone: 3670-8208.

PUCviva: 3670-8208 – **Correio Eletrônico:** pucviva.jornal@uol.com.br – **PUCviva na Internet:** www.apropucsp.org.br

GAUCHE NA VIDA

Da violação à indenização: Suprema hipocrisia

O Judiciário também é parte de uma realidade que viola os direitos dos presos e deveria reconhecer isso

Leonardo Massud

Mal saiu a notícia de que o STF havia estabelecido que o preso que cumpre pena em condições degradantes deveria ser indenizado, muitos, bem-intencionados, saíram a aplaudir, no noticiário e nas redes sociais, aquilo que, em meio a tanta barbaridade que temos visto - jurídica ou não -, parecia, à primeira vista, algo a ser comemorado. Mas não há nada a festejar. E muitas são as razões.

Não se trata aqui de negar indenização a quem tem direito violado. E praticamente todos os presos brasileiros tiveram.

Se temos alguma política criminal, é a política do encarceramento em massa. Fazem parte da construção dessa política: nós, os cidadãos, que só enxergamos infração penal e castigo justo para o outro, o que explica um certo fetiche em ver a criminalização de quase tudo e o aumento cada vez mais frequente das penas; o Legislativo, que, guardadas as distorções da representação política formada pela supremacia do poder, sobretudo econômico, espelha boa parte do que somos enquanto povo, editando leis cada vez mais encarceradoras; o Executivo, que nada cumpre dos seus misteres em relação à população carce-

rária - que não dá e tira voto de quem com ela se preocupa; e, o Judiciário. Mas por quê o Judiciário?

Ressalvados os posicionamentos de um ou outro ministro sobre uma ou outra questão, de um modo geral, o que fez o STF nos últimos anos? Contribuiu, e muito, para potencializar o encarceramento em massa.

Apenas para ficar com alguns exemplos: demorou 16 anos desde a edição da Lei dos Crimes Hediondos para reconhecer a inconstitucionalidade da vedação à progressão de regime; tem restringido, cada vez mais, o acesso ao Judiciário, quando fecha - sem precedentes sequer na ditadura militar - as portas para o habeas corpus; vem chancelando um sem número de prisões cautelares sem a efetiva presença dos requisitos da prisão preventiva; e, quando, ao arrepio da Constituição de 1988, admitiu a prisão antes do trânsito em julgado da ação penal.

Isso é também ser, e em nada modesta proporção, responsável pela massadantesca de encarcerados.

Sim, o Judiciário não funciona ao sabor da Constituição ou da lei, mas do vento. Se o ar fede, porque traz o cheiro de cabeças que rolam chocante e implacavelmente nos pisos das penitenciárias, é preciso "dar respos-

tas" à população. Sim, em vez de julgar causas, o Judiciário tem se ocupado em "responder" à população, fagocitando os espaços deixados pelo esvaziamento do campo da política.

Mas está tudo resolvido. Para "solucionar" o problema, agora o Judiciário vem esfarelar, de forma carnavalesca - porque retumbantemente estufa o peito para dizer que se incomoda com quem, na verdade, jamais se preocupou -, as migalhas da via indenizatória, para varrer para debaixo do tapete aquilo com que coonestá há muito tempo: a violação da lei e da dignidade do ser humano preso.

O preso não precisa da indenização, muito menos de valor risível (o STF estabeleceu, por maioria de votos, o valor de 2 mil reais para a indenização para o condenado do Recurso Extraordinário n.º 580252). O que o preso precisa e tem direito, porque é lei, é de "cela individual que conterá dormitório, aparelho sanitário e lavatório", sendo requisitos básicos da unidade celular "salubridade do ambiente pela concorrência dos fatores de aeração, insolação e condicionamento térmico adequado à existência humana em 6m² (seis metros quadrados)".

O que o STF precisa é fazer cumprir o artigo 88 da Lei n.º 7.210/84, cujos termos estão acima assi-

nalados. Apenas, ou, no mínimo, isso.

Não pensem os senhores ministros que a Corte está fazendo qualquer coisa de bom ou legal, esperando que as sevícias aconteçam para depois esmolar os presos, ou o que sobrou deles, após viverem amontados, em cantos escuros, fétidos, em antros de tuberculose e outras doenças - boa parte respiratórias ou de pele -, que dormiram anos como morcegos ou amarrados para não caírem, sem fornecimento de colchão, sabonete, dentifrício etc.

Isso para não detalhar as condições a que são submetidas as presas mulheres, que não contam, na grande maioria dos casos, com o fornecimento de absorventes, muito menos qualquer estrutura mencionada no art. 89 da mesma Lei (de Execuções Penais), para abrigar gestantes, parturientes ou mães com a finalidade de assistir os filhos desamparados.

Senhores ministros, se vossas excelências não vão fazer cumprir a lei, que pelo menos deixem de escarnecer daqueles que têm vivido no inferno. Sim, o inferno existe e está bem aqui do nosso lado.

Leonardo Massud é professor de Direito Penal da PUC-SP, advogado criminal e diretor da APRO-PUC. Este artigo foi publicado originalmente em <https://www.cartacapital.com.br>

Atos e protestos marcam o dia internacional da mulher

As mulheres se manifestaram em todo mundo e transformaram o seu dia internacional em um grande protesto contra as condições de vida e trabalho, contra a repressão política e o machismo.

Aqui no Brasil em várias capitais e grandes cidades ocorreram manifestações e passeatas. Em São Paulo duas grandes manifestações marcarão a data.

Os diversos atos tiveram como mote principal as ameaças que hoje são feitas aos trabalhadores e sobretudo às mulheres trabalhadoras, através das chamadas reformas que tramitam pelo Congresso. Convocado por diversos movimentos sociais e políticos, o ato na Praça da Sé, em São Paulo, reuniu uma multidão de pessoas, com os dizeres "aposentadoria fica, Temer sai".

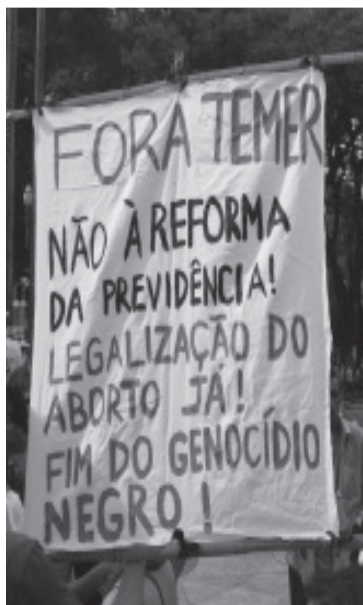
Na região da Paulista outra manifestação juntou-se à assembleia dos professores que decretaram greve da categoria no próximo dia 15/3, dia de paralisação contra as reformas.

As manifestações de professores da rede pública, professores da rede municipal, e do Dia Internacional de Luta das Mulheres que foram marcadas para locais diferentes, se unificaram no centro de São Paulo no fim de tarde, juntando mais de 20 mil pessoas.

Cerca de mais de 5 mil professores do estado de SP, centenas de mulheres que aderiram à Paralisação Internacional de Mulheres, e mais milhares de professores da Rede Municipal se encontraram, unificando as manifestações marcadas na Sé e no MASP.

A PUC-SP marcou presença nos eventos com professores, estudantes e funcionários levando faixas e aderindo às passeatas. No campus Monte Alegre o evento "Filhas da PUC" lotou a sala 100-A do prédio Novo.

A manifestação das mulheres também foi um ensaio para o dia de protestos e paralisação que ocorrerá na próxima quarta-feira, 15/3 em diversas cidades do Brasil. Veja nesta página a cobertura fotográfica destes eventos.



Na Avenida Paulista e na Praça da Sé as mulheres marcaram o seu protesto no dia 8/3. Nas fotos inferiores a participação da PUC-SP: mulheres carregam a faixa das "Filhas da PUC" e estudantes, funcionários e professores participam de evento no campus Monte Alegre.



FOTOS WILTON JUNIOR, LUCIANA CARVALHO E STEFANE MATOS

MOVIMENTOS SOCIAIS

Nesta quarta-feira, 15/3, Dia Nacional de Paralisação

As centrais sindicais, entidades e coletivos, estão convocando para esta quarta-feira, 15/3 uma ampla mobilização nacional com paralisações contra as anunciadas reformas que o governo federal tenta viabilizar.

As reformas trabalhista e da previdência surgem hoje no horizonte dos trabalhadores como uma ameaça às suas já tão depauperadas condições de vida e trabalho. Em todo o Brasil o protesto deve se direcionar contra um governo ilegítimo que pretende reduzir as conquistas dos trabalhadores, salvaguardando os privilégios dos banqueiros e do agronegócio e preservando os ganhos do capital.

Na PUC-SP houve um começo de semestre sintomático: numa antevisão dos ataques que daqui para frente deverão acontecer, a Fundasp suspendeu a validade do Acordo Interno de Trabalho de todos os funcionários, até que nova redação seja negociada.

Não é de hoje que os docentes vêm sofrendo com a maximização de seus contratos e o represamento de suas carreiras. Além disso a terceirização avança, com trabalhadores de empresas contratadas submetidos a condições de salários inferiores aos contratados pela instituição.

Por tudo isso é fundamental que nosso protesto se faça ouvir, seja participando dos eventos de rua que serão anunciados pelas centrais sindicais ou paralisando as suas atividades e assistindo aos debates que a APROPUC e a AFAPUC irão realizar. Veja nesta página a programação completa do evento.

DIA NACIONAL DE PARALISAÇÃO

15/03/2017

Contra a Reforma da Previdência do Governo Golpista e Ilegítimo de Temer

NENHUM DIREITO A MENOS!

A APROPUC E AFAPUC CONVOCAM A TODOS PARA PARALISAR COM ATO- DEBATE

MANHÃ- LOCAL PRAINHA - 9:00 HORAS

DEABATEDORES

Áquilas Mendes - FEA - APROPUC
Camila Kimie Ugino - Professora da FEA
Socorro Cabral - Professora do Serviço Social
Nalcir Antonio - AFAPUC
Representantes da Conlutas e Intersindical

NOITE- LOCAL PRAINHA - 19:00 HORAS

DEABATEDORES

Áquilas Mendes - FEA - APROPUC
Camila Kimie Ugino - Professora da FEA
Socorro Cabral - Professora do Serviço Social
Rivaldo Carlos Oliveira- AFAPUC
Representantes da Conlutas e Intersindical

Repressão contra trabalhadores e estudantes na USP

Na terça-feira, 7/3, a Polícia Militar reprimiu com extrema violência um protesto que estava sendo realizado na Universidade de São Paulo contra a aprovação de um pacote que ficou conhecido pela comunidade como PEC do Fim da USP, como alusão à famigerada PEC 55 de Temer. A medida pre-

vê, entre outras coisas, a demissão em massa de funcionários públicos estáveis (cerca de 5 mil), cortes de verbas na permanência e, entre outras consequências nefastas para a qualidade do ensino e da pesquisa, preparar o terreno para a privatização da USP.

A repressão policial foi violenta

deixando vários feridos, inclusive a diretora do Sintusp Diana Assunção e prendendo outros manifestantes. A APROPUC repudia mais esse ato de selvageria da PM e se coloca ao lado da comunidade da USP na defesa de um ensino de qualidade e de condições de trabalho dignas.

ROLA NA RAMPA



STIEFANE MATTOS

Na mesa do evento, da esquerda para a direita, Mauricleia Santos, Tania Maria Ramos, Ademir Alves da Silva e Kelly Miliatti

Professores manifestam apoio a chapas do CRESS e CFESS

Os professores de Serviço Social reuniram-se na segunda-feira, 6/3, para manifestar o seu apoio à chapa "Ampliações - Trilhando a luta com consciência de classe", que concorre às eleições do Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) e à chapa "É de Batalhas que se constrói a vida", concorrente ao Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). As chapas, que também recebe-

ram o apoio da APROPUC, têm como plataforma a defesa do ensino público, universal, de qualidade, contra o governo ilegítimo de Temer e seus ataques à classe trabalhadora com a destruição de direitos sociais e trabalhistas, entre eles a contra reforma da previdência e trabalhista em curso. A eleição para as duas entidades ocorre nos dias 15, 16 e 17/3.

LANÇAMENTO DO LIVRO

29/03/2017
19 horas

LUIZ BERNARDO PERICÁS

CAIO PRADO JÚNIOR
UMA BIOGRAFIA POLÍTICA

Palestrante: Luiz Bernardo Pericás
Prêmio Juca Pato - UBE-2016 pelo livro
"Caio Prado Júnior: Uma biografia política" - Editora Boitempo

Debatedor: Antonio Carlos Mazzeo
Pós Serviço Social

Coordenação: Beatriz Abramides
NEAM-Pós Serviço Social

Auditório 117A
D. Paulo Evaristo Arns

PUC-SP
Rua Ministro Godóy, 969

Organização e apoio

APROPUC
Associação dos Professores da PUC-SP

NEAM: Núcleo de Estudos e Pesquisas em Aprofundamento marxista- Pós em Serviço Social
NEHTIPO: Núcleo de Estudos de História: Trabalho, Ideologia e Poder- Pós em História
NEILS: Núcleo de Estudos sobre Ideologia e Lutas Sociais- Pós em Ciência Política
GECOPOL: Grupo de Pesquisa em Economia Política- Departamento de Economia- FEA
HIMEPE: Núcleo de História Memória e Pensamento Econômico- FEA
NEPI: Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Identidade- Programa de Pós Graduação em Serviço Social
NETRAB: Núcleo de Estudos e Pesquisas Trabalho e Profissão- Programa de Pós Graduação em Serviço Social

Naci discute Sustentabilidade Global

O Núcleo de Análise de Con-juntura Internacional (Naci), do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política da PUC-SP, convida a comunidade a participar do debate Sustentabilidade Global e Realidade Brasileira, a ser realizado em 29/3, em sala a ser determinada. O evento será aberto com uma conferência do professor Ildo

Saur, doutor em Engenharia Nuclear (MIT) e professor titular da Universidade de São Paulo (USP), seguido de quatro mesas com professores da PUC-SP e outras instituições. As comunicações podem ser enviadas até 20/3, aos cuidados de vagnerocner@terra.com.br. Maiores informações pelo telefone (11) 3670-8516.

Livro de François Chesnais é tema de debate

O Grupo de Pesquisa Política para o Desenvolvimento Humano, do Programa de Pós em Economia Política da FEA, convida para a sua próxima reunião onde serão debatidos os capítulos

1º e 2º do livro Finance Capital today - corporations and the lasting global slump, de François Chesnais. O encontro acontece no dia 13/3, na sala 137 do Prédio Novo, às 11h30.

Audiência de acusação do professor Passeti é cancelada

Na audiência marcada para segunda-feira, 6/3, sobre o processo administrativo contra o professor Edson Passeti seriam ouvidos uma testemunha da denunciante e o funcionário acusado pela denunciante como autor da carta anô-

nima. Porém a presidente da comissão não compareceu. E o advogado do professor Edson, Sergio Salomão Shecaira, solicitou e obteve o cancelamento imediato desta audiência. Não há ainda data marcada para a próxima.

Úrsula Margarida Karsch



Na terça-feira, 7/3, faleceu a professora Úrsula Margarida Simon Karsch. Úrsula lecionou na PUC-SP entre 1970 a 2012. Titular do Departamento de Política Social e Gestão Social, Úrsula ocupou o cargo de presidente da Pós-Graduação, na gestão do professor Antonio Carlos Ronca. Entre os livros por ela publicados está O Serviço Social na era dos serviços, pela Editora Cortez, que está em sua terceira edição, e Estudos do Serviço Social Brasil e Portugal, pela Educ.